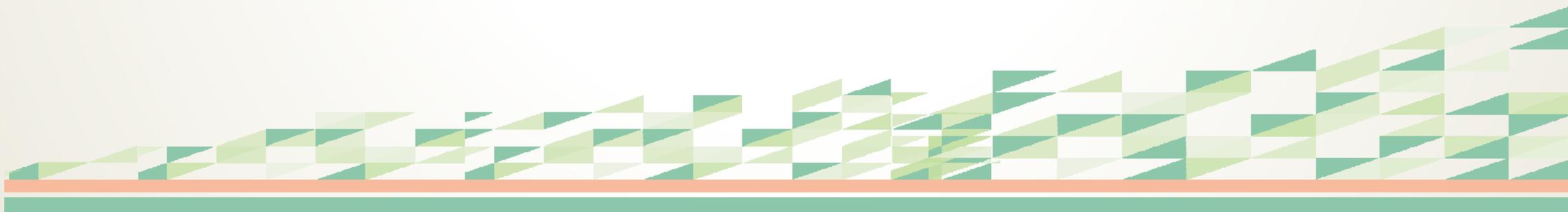




PforR Ceará

*Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e
Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará (2014-2019)*





60^a REUNIÃO DO COMITÊ *PforR*
ACOMPANHAMENTO MENSAL DO DESEMPENHO
PROJETO *PforR*
31 DE JANEIRO DE 2019



PAUTA DA REUNIÃO

Pauta da Reunião

1. Abertura e apresentação dos participantes;
2. Informações Importantes;
3. Resultado Final:
 - ✓ Indicadores,
 - ✓ Programas e;
 - ✓ Assistência Técnica
4. Aprovação da Ata da 59ª Reunião (21/12/2018)
5. Fechamento do Comitê PforR;
6. Agradecimentos
7. Encerramento



1. ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES



2. INFORMAÇÕES IMPORTANTES

PLANO DE AÇÃO PARA AS RECOMENDAÇÕES DO TCE, EXERCÍCIO 2017

- ✓ Elaboração do Plano de Ação para atender as recomendações do TCE, cuja entrega para UGP ficou acordada para o dia **15/03/2019**, para ser submetido ao TCE.
- ✓ Para ajudar as setoriais, foi encaminhado no dia 27/12/2018 um modelo de Plano de Ação, que pode ser adaptado.

AUDITORIAS INTERNAS – EXERCÍCIO 2018

1. Responsável CGE:

- ✓ Realizar a auditoria dos Projetos do TCE até o dia **30/06/2019**

2. Responsável TCE:

- ✓ Realizar a auditoria do Componente II até o dia **31/12/2019**

AUDITORIA INDEPENDENTE e AVALIAÇÃO DO BANCO MUNDIAL

- ✓ Aguardando reunião com a nova TTL do Projeto Tugba Gurcanlar para discussões dos próximos passos para o encerramento do Projeto.
- ✓ UGP manterá contato com as setoriais após confirmação das datas.

GESTÃO DOCUMENTAL

ARQUIVAR TODA A DOCUMENTAÇÃO

- Processo licitatório, Contrato, Produtos e Pagamentos dos Projetos para futuras auditorias do Tribunal de Contas do Ceará e do Banco Mundial.



3. RESULTADO FINAL



Componente I – Indicadores

Componente I – Indicadores e seus Resultados

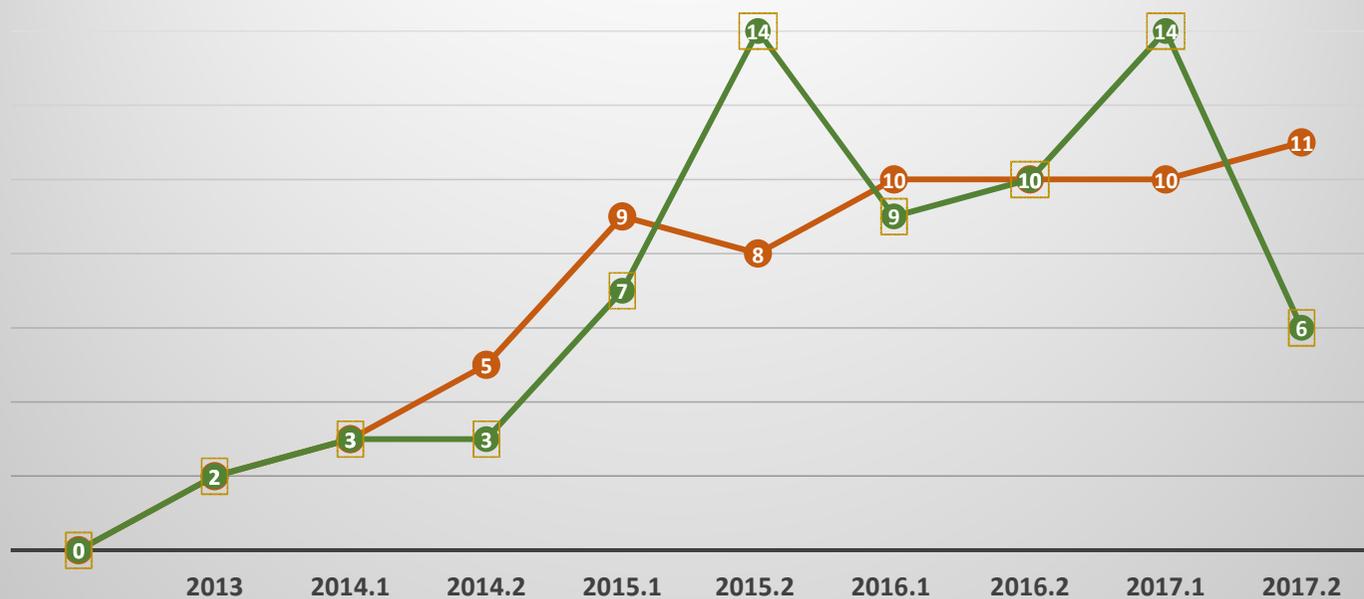
Indicadores Primários	Quantidades e Metas	Metas cumpridas	Valor total por Indicador	% Metas cumpridas (US desembolsados)
DLI 1 - Aprovação da estratégia de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação de ações implementadas sob o plano de ação.	7	7	62.787.948,00	100%
DLI 2 - Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FTP.	2	2	6.888.000,00	100%
DLI 3 - Número total de contratos em vigor com empresas privadas para contribuir equipamentos, formação no local, e contribuir para elaboração de currículos ou instrutores do curso.	6	6	19.594.194,00	100%
DLI 4 - Percentual de famílias com crianças de 0-5 no Cadastro Único nos municípios-alvo receber o apoio da família através CRAS.	3	3	9.961.750,00	100%
DLI 5 - Percentagem de equipes técnicas em CRAS recebem treinamento em apoio à família.	6	6	19.594.194,00	100%
DLI 6 - Percentagem de projetos de assistência da família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.	6	6	19.594.194,00	100%
DLI 7 - Estabelecimento de comitê multisetorial de Segurança Hídrica.	6	6	55.565.444,00	100%
DLI 8 - Percentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.	8	8	31.042.194,00	100%
DLI 9 - Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	8	8	31.042.194,00	100%
DLI 10 - Implementação do monitoramento participativo da qualidade da água.	4	4	12.706.194,00	100%
DLI 11 - Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados.	7	7	33.292.194,00	100%
DLI 12 - Percentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.	5	5	22.144.000,00	100%
Taxa de abertura do Projeto.	-	-	787.500,00	100%
Totais:	68	68	325.000.000,00	100%

Setoriais executoras:

- ✓ SDE
- ✓ SEDUC
- ✓ STDS
- ✓ SEPLAG
- ✓ SRH
- ✓ CAGECE
- ✓ SEMA
- ✓ FUNCEME

Componente I – Indicadores e seus Resultados

Cumprimento das Metas dos Indicadores Primários por Semestre



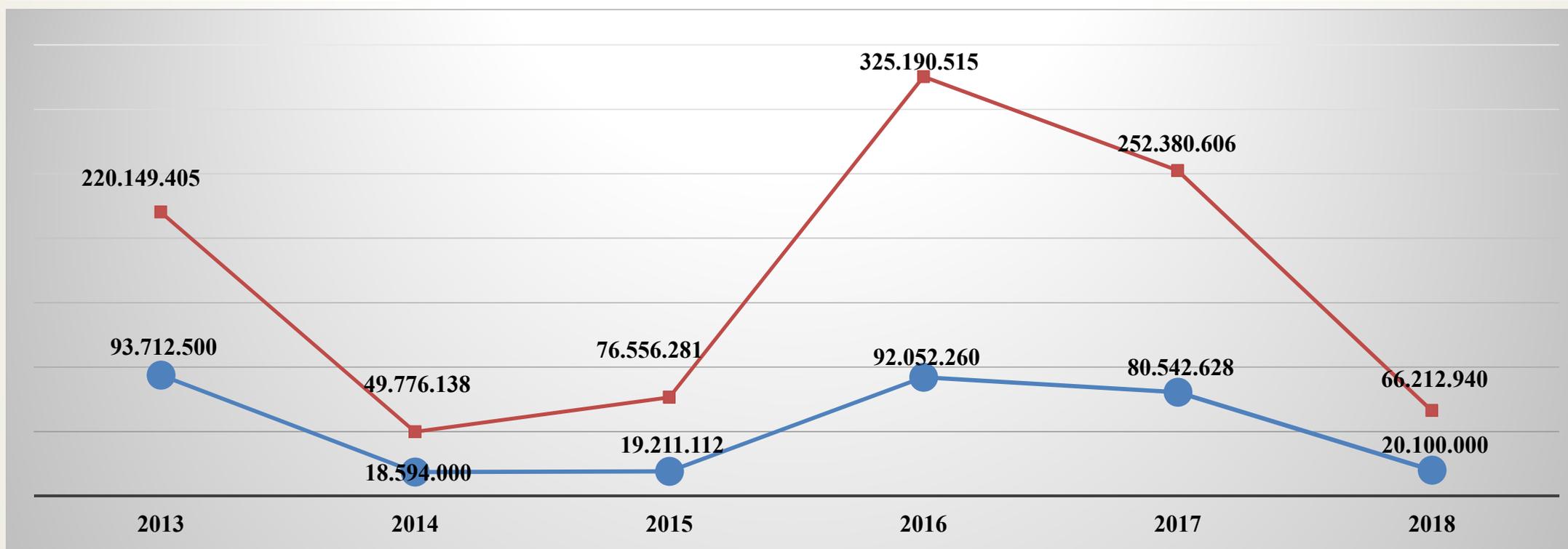
Metas Previstas

Metas Atingidas

Os 12 Indicadores Primários tiveram 100% das metas atingidas e seus desembolsos efetivados, resultando no valor de R\$ 990,26 milhões.

Desembolsos por Ano da Fonte 69

Descrição	Ano							
	2013*	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
Desembolso (US\$)	787.500	93.712.500	18.594.000	19.211.112	92.052.260	80.542.628	20.100.000	325.000.000
Desembolso (R\$)		220.149.405	49.776.138	76.556.281	325.190.515	252.380.606	66.212.940	990.265.886



* Taxa de Abertura

Componente I – Indicadores e seus Resultados

Nº	Indicadores Secundários	Quantidade s Metas	Metas cumpridas	% Metas cumpridas
1	PDO 1: Número de técnicos com ensino médio completo absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	4	0	-
2	PDO 2: Percentual de famílias acompanhadas pelos CRAS com acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social e de outras políticas públicas.	2	2	100%
3	PDO 3: Qualidade da água bruta na região metropolitana de Fortaleza.	4	4	100%
4	Criação e funcionamento do Comitê Consultivo multissetorial ECD (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE, SEJUS, SESPORTE e SECULT)	4	4	100%
5	Apresentação de nova lei de proteção das bacias hidrográficas.	4	3	75%
6	Apresentação dos planos de segurança hídrica para três bacias hidrográficas estratégicas.	2	1	50%
7	Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista.	3	3	100%
Total		23	17	74%

Setoriais executoras:

- ✓ IPECE
- ✓ STDS
- ✓ COGERH
- ✓ SEPLAG
- ✓ SEMA

O Indicador ‘Número de técnicos com ensino médio completo absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico)’ não foi cumprido, mas foi elaborada uma Nota Técnica na qual evidencia-se a impossibilidade de cumprimento das metas.

O Indicador ‘Apresentação de nova lei de proteção das bacias hidrográficas’ foi cumprido em 2018 e evidências enviadas ao Banco em 16 de novembro de 2018.

O Indicador ‘Apresentação dos planos de segurança hídrica para três bacias hidrográficas estratégicas’ foi cumprido em 2018 e evidências enviadas ao Banco em 07 de janeiro de 2019



Componente I – Programas

Componente I – Programas e seus Resultados

9 PROGRAMAS

Setorial	Programas
SEDUC	020 – Ensino Integrado à Educação Profissional.
STDS	080 – Proteção Social Básica.
SRH/COGERH	041 - Gestão dos Recursos Hídricos.
CIDADES	025 – Abastecimento de Água, esgotamento sanitário e drenagem urbana.
SEMA	064 – Resíduos Sólidos.
	066 – Ceará Mais Verde.
	067 – Ceará no Clima.
SEMACE	500 – Gestão e Manutenção da SEMA e vinculadas.
FUNCEME	018 – Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis.

Programas elegíveis do PforR recortados do PPA 2012-2015, posteriormente adequados ao PPA vigente (2016-2019).



Os Programas já alcançaram a meta estipulada no PAD de **R\$ 728 milhões**, equivalentes aos U\$S 325 milhões. Ultrapassamos a meta, executando o valor de **R\$ 993,61 milhões**.

Componente I – Execução Acumulada dos Programas por Setorial – 2014 à 2017

Setorial	EXECUÇÃO em milhões				TOTAL
	2014	2015	2016	2017	
SEDUC	R\$ 208,91	R\$ 213,00	R\$ 263,25	R\$ 257,87	R\$ 943,04
STDS	R\$ 7,21	R\$ 7,24	R\$ 7,36	R\$ 7,32	R\$ 29,13
SRH/COGERH	R\$ 0,46	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,46
CIDADES	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
SEMA	R\$ 0,39	R\$ 1,11	R\$ 0,24	R\$ 0,69	R\$ 2,43
SEMACE	R\$ 4,60	R\$ 2,43	R\$ 2,71	R\$ 1,32	R\$ 11,06
FUNCEME	R\$ 1,79	R\$ 2,37	R\$ 1,82	R\$ 1,52	R\$ 7,50
TOTAL	R\$ 223,36	R\$ 226,15	R\$ 275,39	R\$ 268,72	R\$ 993,61

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE concluiu a Auditoria da Execução dos Programas do ano de 2017, tendo a UGP encaminhado ao Banco em 14/12/2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

Gerência de Fiscalização de Operações de Crédito Externos e Tecnologia da Informação
Período: 01.01.2017 a 31.12.2017

RESUMO EXECUTIVO

I) OPINIÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará) – Contrato de Empréstimo nº 8302-BR, em 31 de dezembro de 2017, utilizando-se o critério contábil de regime de caixa.

Ênfases
Execução do Componente 1

As Demonstrações Financeiras do PforR permitem identificar que o total de despesas acumuladas, consideradas elegíveis no Componente 1 do projeto, é no valor de R\$ 993.613.678,42. Desta forma, o patamar de US\$ 325 milhões de dólares estadunidenses, equivalentes a R\$ 728 milhões de reais, que corresponde ao valor da operação de crédito, foi atingido. Os valores correspondentes ao Componente 1 continuarão a ser incluídos nas Demonstrações Financeiras mas, para fins de emissão de opinião dos auditores, serão considerados somente os gastos referentes ao Componente 2 (Assistência Técnica).

II) OPINIÃO SOBRE OS CONTROLES INTERNOS

As análises realizadas demonstram que, apesar das oportunidades de melhoria apontadas ao longo do relatório, a maioria dos controles funcionam adequadamente, e, portanto, é possível inferir que o nível de segurança dos controles internos pode ser considerado compatível com a execução do Projeto.

III) OPINIÃO SOBRE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES

Em nossa opinião, os procedimentos de aquisições e a contratação de consultores constante nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2017 foram consideradas satisfatórias, em conformidade com o Manual Operacional – MOP e com as Diretrizes para aquisições financiadas por empréstimos do BIRD e Créditos da AID. A documentação comprobatória das despesas efetuadas está razoavelmente apresentada e representa despesas válidas e elegíveis para o Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR Ceará) – Nº8302-BR.

IV) OPINIÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES OFICIAIS COM RELAÇÃO À EXECUÇÃO DO PROJETO

Em nossa opinião, as cláusulas contratuais do Projeto foram cumpridas durante o período auditado.

Até a data de 21 de dezembro de 2018, nosso monitoramento registrou a execução dos Programas no valor de **R\$ 301 milhões.**



Componente II – Assistência Técnica

Componente II – Assistência Técnica e seus Resultados

Descrição	Ano					
	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Contratos Assinados	3	22	27	22	10	84
Valores R\$	636.753	9.941.539	33.500.123	15.847.087	4.206.024	64.131.526
% Financeiro dos Projetos Contratados	1,0%	15,5%	52,2%	24,7%	6,6%	100%

Contratos de Assistência Técnica assinados por ano



Contratos de Assistência Técnica

Resumo Financeiro dos Contratos							
Setorial	N° de Contratos	N° de Contratos em Andamento	N° de Contratos Concluídos	Valor Contratado + Patronal (R\$)	Valor Pago (R\$)	Saldo a Pagar (R\$)	% PAGO
ARCE	1	0	1	839.982,65	839.982,65	-	100%
CGE	9	0	9	7.883.944,98	7.883.944,98	-	100%
COGERH	3	0	3	4.419.133,05	4.419.133,05	-	100%
FUNCEME	1	0	1	1.666.842,98	1.666.842,98	-	100%
IPECE	11	1	10	7.629.885,00	7.002.387,50	627.497,50	92%
SDE	3	1	2	2.912.153,47	1.307.824,04	1.604.329,43	45%
SECITECE	3	0	3	1.400.260,31	1.400.260,31	-	100%
SEDUC	22	0	22	9.033.974,95	9.033.974,95	-	100%
SEMA	7	0	7	7.234.534,13	7.234.534,13	-	100%
SEMACE	2	0	2	1.639.804,89	1.639.804,89	-	100%
SEPLAG	8	0	8	11.326.416,01	11.326.416,01	-	100%
SRH	6	2	4	3.543.415,87	2.985.239,45	558.176,42	84%
STDS	3	0	3	1.307.072,00	1.307.072,00	-	100%
TCE	5	1	4	3.506.908,20	1.968.202,20	1.538.706,00	56%
TOTAL	84	5	79	64.344.328,49	60.015.619,14	4.328.709,35	93%

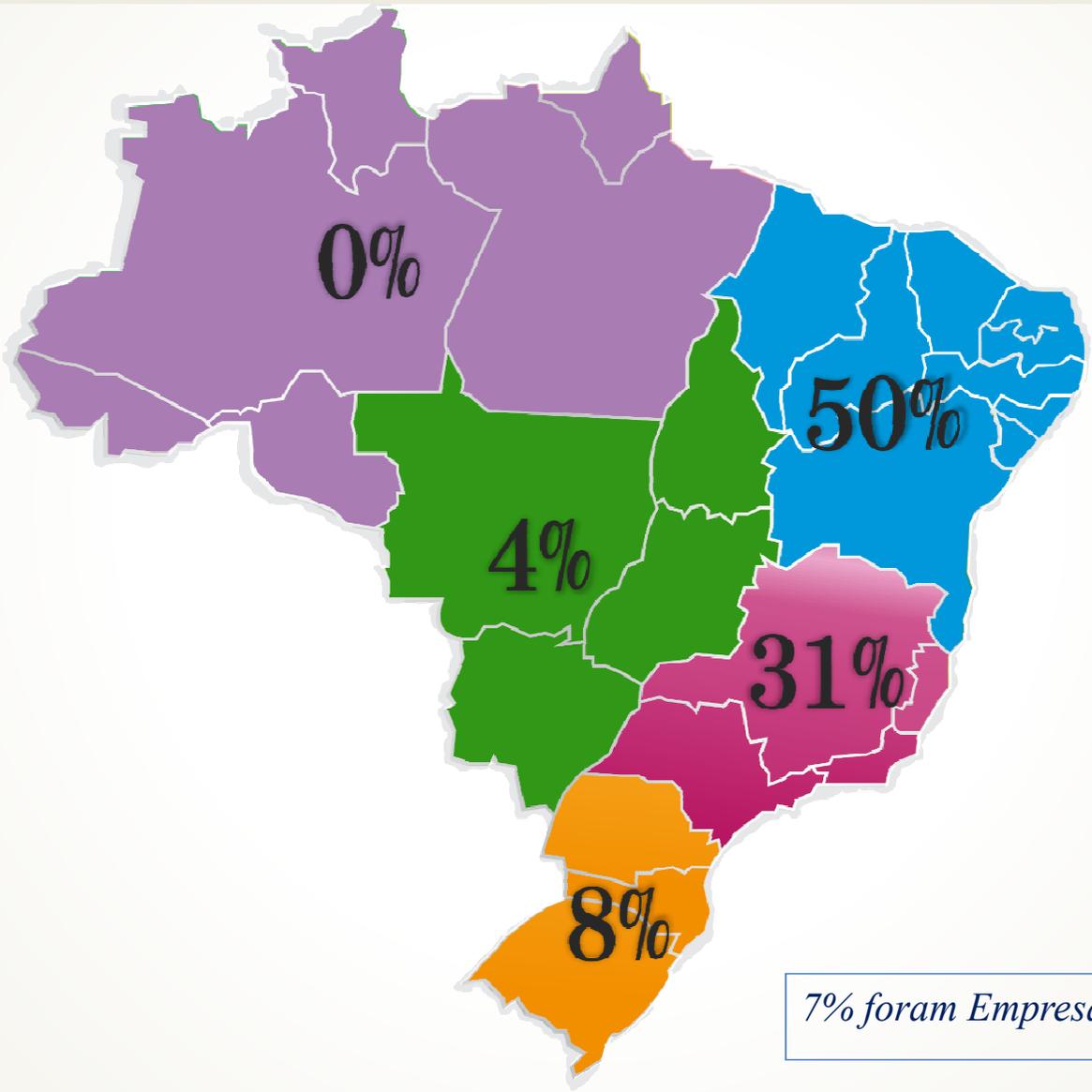
Destacados em azul estão as Setoriais com todos os contratos já concluídos.

Observação

TERMO DE ENCERRAMENTO

- ✓ Após o pagamento de todos os produtos, devem ser encaminhados todas as Notas de Pagamento, bem como o **Termo de Encerramento** do Contrato.
- ✓ Deve-se alterar o status do MAPP que engloba o contrato encerrado para **Execução Física e Financeira Concluída**.

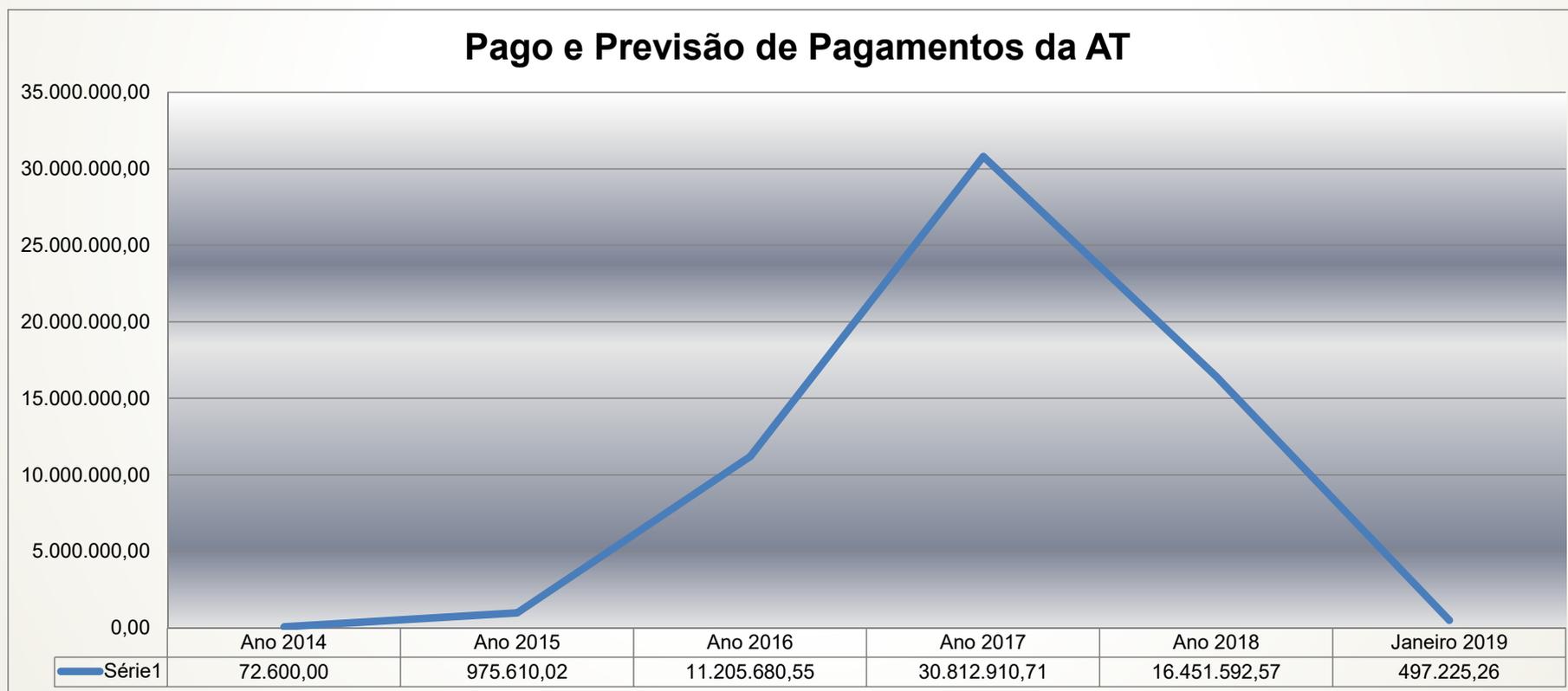
Posição Geográfica das Empresas e dos Consultores Individuais contratados no escopo do PforR



7% foram Empresas e Consultores Internacionais

Cronograma de Pagamentos das 84 Assistência Técnica (Fonte 48)

Pago e Previsão de Pagamento da Assistência Técnica - PforR (R\$)								
Ano	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Ano 2018	Janeiro 2019	A pagar em 2019	Total
Valor	72.600,00	975.610,02	11.205.680,55	30.812.910,71	16.451.592,57	497.225,26	4.328.709,35	64.344.328,46





4. APROVAÇÃO DA ATA
59ª REUNIÃO COMITÊ *PforR* (21/12/2018)



5. FECHAMENTO DO COMITÊ PforR

Comitê PforR



Editoração Casa Civil **CEARÁ** DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 20 de junho de 2014 SÉRIE 3 ANO VI Nº112 Caderno 1/2 Preço: R\$ 6,00

PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº31.493, de 16 de junho de 2014.

CRIA O COMITÊ PFORR CEARÁ PARA O ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DOS PROJETOS, INICIATIVAS, INDICADORES E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PROGRAMA PARA RESULTADOS – PFORR CEARÁ, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do Art.88 da Constituição Estadual; CONSIDERANDO a necessidade de monitorar os resultados, diagnosticar problemas na implementação e desenvolver, propor e executar as medidas corretivas necessárias no âmbito do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – PforR Ceará, DECRETA:

Art.1º Fica criado o Comitê PforR Ceará com o objetivo de atuar ao longo de toda a duração do Projeto PforR Ceará de modo a assegurar que as metas acordadas com o Banco Mundial sejam cumpridas, os desembolsos sejam efetivados e os resultados alcançados.

Art.2º O Comitê terá a coordenação executiva do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE e será constituído pelos Titulares e Suplentes, indicados pelos dirigentes máximos, dos seguintes Órgãos Estaduais:

- I - Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. - ADECE;
- II - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE;
- III - Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE;
- IV - Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – CEDE;

DECRETO Nº31.494 de 16 de junho de 2014.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL - CCPSIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art.88, incisos IV e VI da Constituição Estadual e, considerando o que dispõe a Lei Complementar nº37, de 26 de novembro de 2003, a Lei Complementar nº76, de 21 de maio de 2009, a Lei Complementar nº99, de 26 de outubro de 2010 e o Decreto nº29.910 de 29 de setembro de 2009, DECRETA:

Art.1º Ficam exonerados das funções de membros do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPSIS, nomeados pelos Decretos: Nº31.354 de 02 de dezembro de 2013, Nº30.844 de 07 de março de 2012 e Nº29.312 de 06 de junho de 2008, respectivamente: Conselho Estadual da Saúde - CESAU'

Francisco Luis Neto - Titular
Antônio Marcos Gomes da Silva - Suplente
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
Francisco Cristiano Maciel de Goes - Suplente
Secretaria da Educação - SEDUC
Maria Izolda Cela Arruda Coelho - Titular

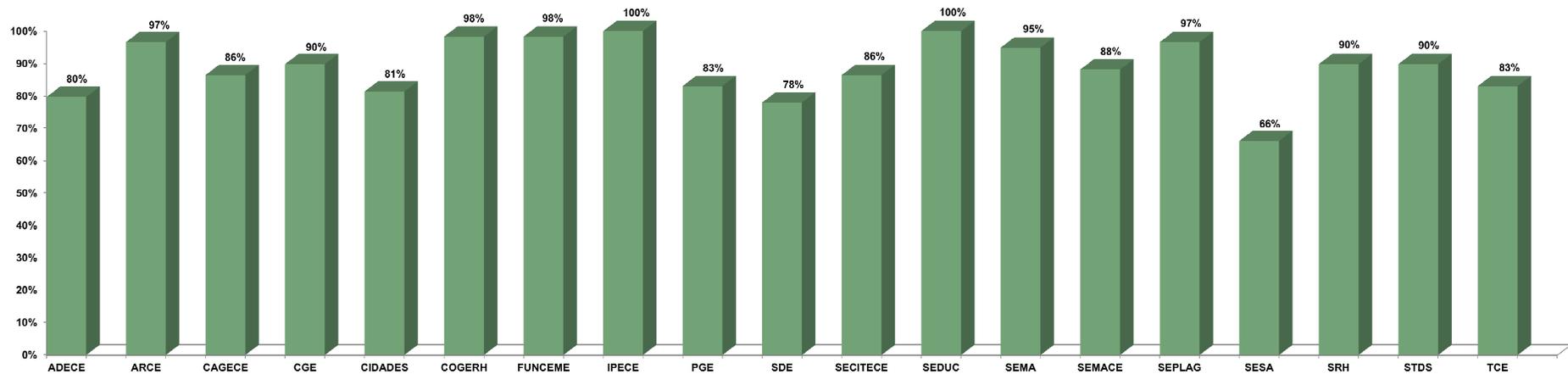
Art.2º Ficam nomeados como membros do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPSIS, em substituição aos exonerados no caput do art.1º deste Decreto:

Conselho Estadual da Saúde - CESAU
Antônio Marcos Gomes da Silva - Titular
Antônio Cleiton Martins Magalhães - Suplente
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
Esau Matos Ribeiro - Suplente
Secretaria da Educação - SEDUC
Maurício Holanda Maia - Titular

Art.3º Ficam convalidados os atos do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPSIS praticados a partir de 14 de abril de 2014.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gráfico da Participação por Setorial nas Reuniões do Comitê PforR de Fevereiro/2014 a Dezembro/2018



Comitê e Missões PforR



Intersetorialidade



Supervisão



Compromisso



Coletividade



Interação



Integridade



6. AGRADECIMENTOS



7. ENCERRAMENTO

Obrigado!

